

## ENTREVISTA

# LOBBY, BUROCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ENTREVISTA COM ANDRÉA GOZETTO

Karoline Rodrigues de Moraes<sup>1</sup>

Leonardo Vinicius Sousa Zanini<sup>2</sup>

**Resumo:** Andréa Gozetto é diretora executiva da Gozetto e Associados, Consultoria Estratégica, co-idealizadora do MBA em Economia e Gestão - Relações Governamentais, e da formação executiva Advocacy e Políticas Públicas da FGV/IDE. Fundadora e diretora executiva do Hub Conexão RIG, é doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP e co-autora das obras Lobby e Políticas Públicas e do Guia Para Construção de Estratégias de Advocacy - Como Influenciar Políticas Públicas. A entrevista que segue, concedida em julho de 2021, foi parte da avaliação final da disciplina Política, Burocracia e Grupos de Interesse, ofertada pelo programa de pós-graduação em Ciência Política da UFSCar, e tem por objetivo captar as percepções da entrevistada sobre os aspectos democráticos da relação entre burocracia, lobby e políticas públicas.

**Palavras-chave:** Grupos de pressão; lobby; empresariado; políticas públicas

Recebido em: 11/09/2021

Aceito em: 10/11/2021

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência Política (PPGPOL/UFSCar). E-mail: karolinermors@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Ciência Política (PPGPOL/UFSCar). E-mail: leonardozanini26@gmail.com

## **LOBBY, BUREAUCRACY AND PUBLIC POLICY: NA INTERVIEW WITH ANDRÉA GOZZETTO**

**Abstract:** Andréa Gozetto is executive director of Gozetto e Associados, Strategic Consulting, co-founder of the MBA in Economics and Management - Government Relations, and of the Advocacy and Public Policy executive training at FGV/IDE. Founder and executive director of Hub Conexão RIG, Ph.D. in Social Sciences from UNICAMP and co-author of Lobby and Public Policies and the Guide for Building Advocacy Strategies - How to Influence Public Policies. The following interview, given in July 2021, was part of the final evaluation of the discipline Politics, Bureaucracy and Interest Groups, offered by the postgraduate program in Political Science at UFSCar, and aims to capture the interviewee's perceptions about democratic aspects of the relationship between bureaucracy, lobbying and public policies.

**Keywords:** Pressure groups; lobby; entrepreneurship; public policy.

**Professora Andréa, falar de lobby não é uma tarefa fácil, até mesmo no meio acadêmico, onde há um debate latente sobre quão democrática é essa prática. Para além dos muros da academia, essa dificuldade persiste, face à pouca compreensão popular do termo, bem como sobre os mecanismos de pressão, muitas vezes retratados pela mídia de modo associado a estigmas como a corrupção, por exemplo (OLIVEIRA, 2004). Nesse sentido, como podemos conceituar o lobby e diferenciarmos grupos de pressão e grupos de interesse?**

É um grande prazer estar aqui com vocês, agradeço esse convite, estou muito feliz em saber que vocês estão estudando grupos de interesse no bojo de uma disciplina na pós-graduação em Ciência Política na UFSCar. Estou duplamente feliz, por contribuir, ainda que indiretamente com a UFSCAR, onde fiz a graduação, uma universidade que eu amo tanto. Foram sem dúvida os melhores quatro anos da minha vida. Não tem nada melhor do que estar na graduação.

E, assim, você tem toda a razão: discutir lobby não é uma tarefa fácil. Eu acho que sou um pouco corajosa, porque comecei a discutir lobby no Brasil em 1999. Se em 2021, o lobby ainda está envolto por um estigma de marginalidade, e ainda é muito forte, eu acho que precisamos fazer realmente um esforço concentrado para desmistificar o lobby, porque desde a década de 1970, esse termo, tem sido disseminado de forma intercambiável com corrupção, tráfico de influência, crimes contra a administração pública, todos eles, de todas as formas, e é muito mal compreendido.

O debate chega no Brasil de forma enviesada, ele chega num momento, não poderia ser mais inadequado, porque afinal de contas, lobby é representação de interesses, e a gente está falando da disseminação desse termo no meio da década de 1970 do século passado, quando a gente vivia um período ditatorial. Então respondendo à sua pergunta brevemente, e aí a gente vai ter outros momentos, outras perguntas aqui, que eu já dei uma olhada no roteiro, a gente pode voltar, mas o lobby é uma prática inerente às democracias liberais consolidadas, tais como a democracia norte-americana.

Nos Estados Unidos, por exemplo, ela é regulamentada desde 1946, e essa regulamentação do lobby, ela veio no bojo, na verdade, uma regulamentação de instrumentos que garantiriam maior participação dos cidadãos no processo de decisão pública. Eu acho que essa é uma questão fundamental, quando você coloca que existe um debate na academia sobre se o lobby é democrático, eu acho que existe essa grande incompreensão com relação ao que o lobby representa, o que o lobby é.

O lobby é uma tática de defesa de interesses. Então enquanto tática de defesa de interesses, ele é neutro. Ele pode ser utilizado da forma como o grupo de interesse que o está mobilizando o desejar. Eu, inclusive, deixo isso bastante claro na minha tese de doutorado, eu defendi a primeira tese de doutorado que tinha a palavra lobby no título, em 2004.

Logo em seguida, o Wagner Pralon Mancuso defendeu a tese dele, depois eu tive a felicidade de tê-lo como coautor. A gente fez várias parcerias durante alguns anos, e eu acho que a obra mais interessante que a gente escreveu juntos foi o livro *Lobby e Políticas Públicas*, onde a gente tenta trazer esse olhar mais técnico para essa tática, porque tem muita ideologia envolta, e tem uma mística mesmo envolvendo o termo lobby, e ele está muito desgastado hoje.

Então a questão é essa, quando a gente olha para os profissionais que fazem lobby, das organizações que fazem lobby, houve, a partir de 2013, uma ressignificação desse termo e da própria atividade. Então, hoje em dia se fala de lobby? Sim, se fala de lobby, mas se fala muito mais de relações institucionais governamentais, porque inclusive esse termo, profissional de relações institucionais governamentais, hoje ele faz parte do código brasileiro de ocupações, então é uma ocupação no Brasil.

Ela foi regulamentada, obviamente é uma norma meramente administrativa, então não se confunde com a regulamentação do lobby quando isso acontece em 2018, mais uma vez a imprensa, que eu amo muito, mas em se tratando de lobby, de certa forma fez um desserviço chamando de lobby, o que na verdade eram crimes contra a administração pública, corrupção e tráfico de influência, também dá essa informação.

Tem uma matéria inclusive da TV Cultura em que eles dizem que o lobby foi regulamentado no Brasil. Não, o lobby não foi regulamentado no Brasil, o lobby não é regulamentado no Brasil. A gente tem discussões no âmbito do Poder Legislativo e no âmbito do Poder Executivo. No âmbito do Poder Legislativo, desde 1989, o senador Marco Maciel inicia um projeto de lei, e existe um outro projeto de lei que é 1202/07, de autoria do deputado Carlos Zarattini que recebeu um substitutivo da ex-deputada Cristiane Brasil, que entra e sai da pauta.

Eu acredito que a regulamentação não aconteceu ainda, a gente vai falar um pouquinho mais sobre a regulamentação, mas essa questão da regulamentação eu creio que seria importante para desmistificar um pouco todo esse estigma de marginalidade que envolve essa prática, essa tática de defesa de interesses. Então para sumarizar aqui, o que é lobby? Lobby é defesa de interesses junto a membros do poder público que podem tomar uma decisão sobre políticas públicas. Quando o lobby acontece? Ele acontece no momento pré-decisório, no momento decisório, e no momento pós-decisório.

Quando a gente olha para o ciclo de políticas públicas, independentemente de qual abordagem vocês utilizem ou gostem mais, quatro fases, cinco fases, sete fases, não importa, o lobby está em cada uma dessas fases, assim como o advocacy. Então hoje em dia, do que a gente está falando? A gente está falando muito mais de relações institucionais governamentais que tem o lobby ou o advocacy como os seus dois elementos chaves.

É assim que eu prefiro, é assim que eu compreendo as atividades relacionadas a lobby e advocacy, e as entendo como uma alternativa à apresentação eleitoral, então a gente tem essas duas táticas como táticas inerentes às democracias avançadas e consolidadas, e elas são alternativas de representação eleitoral.

O advocacy tem algumas peculiaridades, entre elas, não é preciso ter recebido mandato para defender uma causa, isso traz alguns desafios com relação à legitimidade e representatividade dos grupos que o realizam, e o lobby normalmente é realizado com mandato. O grupo de interesse delega algum profissional que pode fazer isso de forma voluntária ou não para defender os interesses desse grupo. Creio que respondi. Não falei da distinção, que você pediu para fazer a distinção entre grupos de pressão e grupo de interesse.

Vamos lá, de forma bem simples, depois eu complemento, mas basicamente, um grupo de pressão é um grupo de interesse que faz pressão. Parece óbvio, mas não é tão óbvio, porque nem todo grupo de interesse faz pressão para que haja alguma mudança do *status quo*, mudança ou manutenção do *status quo*.

Agora, grupo de interesse é uma coisa diferente de partido político, que é diferente de movimentos sociais. Ou você pode entender partidos políticos e movimentos sociais como grupos de interesse. Eu acredito que existe uma dificuldade da ciência política brasileira, da academia brasileira, de operacionalizar o conceito de grupos de interesse, porque ele é muito abrangente.

É muito difícil você efetivamente construir, delimitar as especificidades de lobby, advocacy, grupos de interesse, e de certa forma, os últimos cinco anos da minha vida eu tenho dedicado à busca dessas especificidades. Eu acredito que eu já tenha encontrado aí algumas questões que são relevantes. Eu vou aproveitar aqui a nossa entrevista e vou falar de forma um pouquinho mais aprofundada sobre a singularidade dos grupos de interesse.

Então só para a gente ir alinhando o nosso debate. Então veja bem, grupos de interesse não participam de eleições, e, portanto, eles não competem pelo poder. Essa é a grande diferença entre grupos de interesse e partidos políticos. Os grupos de interesse utilizam os recursos que captam dos seus membros para tentar influenciar as decisões políticas em vários âmbitos, sejam elas locais ou nacionais. Assim como nas esferas executiva, legislativa ou até judiciária. Aí a gente tem também mais um ponto de discussão bastante obscuro, é se é possível fazer lobby no poder judiciário. Nem vou entrar nessa área porque isso sim é muito polêmico.

Em terceiro lugar, os grupos de interesse são organizados externamente às instituições governamentais que tentam influenciar. Tem inclusive uma literatura bem interessante norte-americana que discute se o Estado pode ser entendido como grupo de interesse ou não. Então vejam que tem muitas polêmicas e muitos dilemas aí que a gente pode trabalhar quando nós estamos nos debruçando sobre esses conceitos.

Os grupos de interesse devem possuir um padrão periódico de articulação, e aí tem uma outra diferença entre grupos de interesse e partidos políticos. Grupo de interesse é um *locus* de articulação de interesses, enquanto os partidos políticos são um *locus* de agregação de interesses, então isso também dá uma singularidade. E os grupos de interesse podem possuir um procedimento organizado para estabelecer a natureza e os meios da sua articulação de interesses, e também deve possuir uma continuidade quanto à sua estrutura interna.

Então vamos ver aqui, eu acredito que com essas questões, a gente já consegue entender melhor a diferença entre grupos de interesse e partidos políticos. Outra coisa que eu gostaria de

ressaltar é que os grupos de interesse atuam dentro de uma faixa própria de interesses dos seus membros em um ambiente supra ideológico e suprapartidário, e na grande maioria das vezes, possuem um caráter ultra partidário, e isso faz com que a gente já observe uma grande diferença com relação aos partidos. Já os movimentos sociais, entrando nessa distinção entre movimentos sociais e grupos de interesse, o que a gente vê? Que quando eles surgem no Brasil, principalmente na década de 1970, os novos movimentos sociais, apresentaram um caráter mais combativo, rebelde e autônomo com relação ao Estado.

Já os grupos de interesse, qual o objetivo de um grupo de interesse? Ele quer influenciar o processo decisório, então ele vai jogar de acordo com as regras que estão estabelecidas pelo poder instituído. Espontaneidade e informalidade são características muito mais utilizadas para descrever os movimentos sociais do que os grupos de interesse, por que qual é o principal objetivo de um grupo de interesse? É coletar informações, sistematizar essas informações, moldá-las aos seus interesses, oferecê-las aos tomadores de decisão, para depois, num segundo momento, pressionar esses tomadores de decisão a fim de defender os seus interesses.

Então esse é o principal objetivo dos grupos de interesse. Isso é muito importante. E tem uma distinção também que eu acho que é importante a gente fazer que às vezes as pessoas confundem o grupo comunitário com o grupo de interesse. Então o grupo de interesse precisa estar organizado em torno de política, e trazer a política para dentro dele, para engajar e mobilizar os seus membros, e para isso, esses grupos de interesse, obviamente, terão que administrar ali os seus recursos políticos, e a gente não está falando só de dinheiro.

Então os grupos de interesse poderosos são aqueles que podem ter muito dinheiro? Sim. Os que fazem lobby, por exemplo, lobby de forma organizada e planejada, porque isso é uma coisa que a gente precisa falar também.

O lobby no Brasil, além de reativo, ele é muito intuitivo ainda, então as organizações, as que fazem lobby, as que fazem advocacy, ainda o fazem de forma muito intuitiva. Esse quadro começa a mudar, mas é muito recente. Esse quadro começa a mudar a partir de 2015, e eu tenho muita honra de fazer parte desse movimento, que é um movimento que busca trazer maior capacitação para os grupos de interesse e os profissionais que realizam essa atividade no Brasil, que eu acredito piamente, essa é minha missão, essa passou a ser minha missão de vida, que se a gente instrumentaliza e capacita esses agentes que realizam lobby advocacy, a gente vai estar consolidando ainda mais a nossa democracia, porque os grupos de interesse, eles defendem os seus interesses? Óbvio. Eles são criados para isso? Sim. Mas a gente tem que entender que esses grupos de interesse, são muito importantes para o processo decisório em si, porque a gente tem às vezes uma visão equivocada sobre o Estado e sobre o que os tomadores de decisão sabem ou não sabem sobre o quadro mais abrangente do que eles precisam definir.

Às vezes esses tomadores de decisão não conhecem a fundo aquele contexto, aquele ambiente, aquele setor. Mas eles precisam tomar uma decisão. Então imaginem os 513 deputados que precisam tomar uma decisão sobre células tronco. Quantos deles são especialistas em células tronco? Quantos deles são especialistas em *startups*, em nova economia? Eles não têm essa especialidade, então os grupos de interesse, com o seu saber técnico, levam até os tomadores de

decisão, não só no Legislativo, como também no Executivo, informações que esses tomadores de decisão não possuem.

Isso faz com que a gente tenha decisões muito mais qualificadas. Agora, é óbvio que esse grupo de interesse não está fazendo isso voluntariamente porque está querendo contribuir com a democracia. Às vezes sim, às vezes não. O que eu acho que é muito ruim nessa discussão, e a gente sempre acaba parando nesse lugar, é que se criam generalizações, então: "o lobby é feito sempre por grandes grupos econômicos que estão em busca de maximizar seus lucros."

Então o lobby é sempre algo ruim. Toda vez que se usa a palavra lobby, se associa lobby à corrupção e tráfico de influência. Agora, a gente seria muito inocente também, de simplesmente fechar os olhos e dizer: "não, isso não existe. Corrupção e tráfico de influência não existem, o relacionamento entre o público e o privado é sempre virtuoso." Não, não é. Só que o que a gente precisa entender? Lobby é uma coisa, corrupção é outra coisa, tráfico de influência é outra coisa. Então dar os nomes corretos às coisas, a cada uma dessas atividades já nos ajuda bastante. Espero ter esclarecido.

**Perfeito, professora. Agradeço muito a sua fala. Dando continuidade a essa temática, temos uma conceituação então aqui de lobby que a senhora nos trouxe. Essa conceituação, pode ser feita num âmbito universal, ela é abrangente a esse ponto, ou deve-se buscar caracterizar o lobby sempre dentro de um determinado contexto político, social, econômico? Encarando, por exemplo, que nos Estados Unidos, como a senhora bem disse, a gente já tem uma prática regulamentada há muito tempo, e no Brasil é incipiente.**

Eu acho que aqui no Brasil, o debate ainda não amadureceu. É um pouco diferente. Eu acho que essa pergunta tem duas possíveis interpretações. Ela pode ser entendida de duas formas. Uma coisa é o conceito de lobby que a gente vai utilizar, academicamente falando. Como vocês sabem, cada pesquisador vai construir um conceito que o ajude a operacionalizar a sua hipótese, certo? Por isso que a gente tem essa variedade absurda de conceitos. Raramente se tem algum consenso sobre alguma coisa nas redes sociais. Tudo bem, sem problema nenhum.

Eu sou professora da disciplina Políticas Públicas também, e a gente sabe que tem consciência sobre políticas públicas também, são mais de 100 conceitos, então não há problema nenhum. Qual é a distinção aí? E foi interessante você colocar essa questão da regulamentação norte-americana. Como é muito difícil definir a especificidade da atividade de lobby, o que a gente faz? A gente cria um conceito mais abrangente, e fica difícil de, por exemplo, operacionalizar uma legislação a partir de um conceito muito abrangente.

Então a literatura norte-americana, por exemplo, a literatura internacional que avalia a efetividade da regulamentação do lobby, aponta para isso. É muito difícil mensurar a eficácia da regulamentação do lobby, por exemplo, quando a gente tenta fazer uma relação de causalidade entre lobby e transparência, lobby e *accountability*, lobby e diminuição da corrupção. Por quê? Porque o termo é abrangente demais, e aí a gente não consegue operacionalizar além, então ela

fica cheia de lacunas. Se a gente for ver, por exemplo, o conceito que os norte-americanos utilizam no *lobbying act* para definir lobby, lobby é todo o contato que você faz com o tomador de decisão. Isso é muito abrangente.

Então o próprio conceito que eu e o Wagner, a gente criou, no livro *Lobby e Políticas Públicas*, ele também é muito abrangente. Lobby é defesa de interesses junto ao tomador de decisão, que podem tomar uma decisão referente a políticas públicas. A gente tentou delimitar esse conceito, garantindo maior especificidade, mas realmente não é uma tarefa fácil.

Então é por isso que a gente vai ter sempre um conceito muito abrangente, e não vai encontrar um consenso. Eu acredito, inclusive, que esse é um dos grandes empecilhos para a regulamentação do lobby no Brasil. Além de as pessoas não saberem mesmo o que é, os próprios parlamentares muitas vezes não sabem o que é.

Eu vou até contar para vocês um caso que aconteceu comigo em 2015, em que eu fui chamada para depor na Justiça Federal, num caso que envolvia o lobby junto a concessionárias de veículos, e eu fui chamada para depor como especialista, e o que mais me impressionou foi que o juiz do processo ficou encantado com a minha explicação. Ele não tinha ideia do que era lobby. Então vejam vocês que a imagem que se tem é tão desgastada, que eles precisam chamar um especialista, um acadêmico para explicar o que é. Só que aquela pessoa, aquele juiz, aquele procurador, eles estão definindo o futuro das pessoas que estão sendo julgadas. Então é nesse nível que as coisas estão no Brasil ainda hoje. Não existe uma clareza sobre o que seja lobby.

Então eu quero mais uma vez ressaltar: o lobby é representação de interesses, e ele não é regulamentado no Brasil, mas ele é legítimo. Se a gente for, por exemplo, observar a Constituição Federal de 1988, o artigo 5º garante a prática do lobby. Em que momento? No inciso em que se garante a petição sobre os poderes públicos. Então não se trata de uma parte estar ilegal. Ao contrário, é inerente às democracias consolidadas.

E tem uma série de estratégias e táticas que a gente utiliza para defender os nossos interesses. Tem até um cientista político italiano, que está radicado nos Estados Unidos, se eu não me engano é Alberto Alemanno o nome dele, ele tem um livro maravilhoso que se chama *The Citizen Lobbyist*. Qual é a tese do livro dele? A tese é a seguinte: todo cidadão precisa ser o lobista dos seus interesses. O que ele está querendo dizer? Ele está querendo dizer que as pessoas precisam participar mais fortemente do processo decisório, porque isso que é a democracia.

Democracia não é delegar poder de eleições. Democracia não se extingue na representação eleitoral. Então todas as vezes em que a gente está falando, por exemplo, de democracia participativa, democracia deliberativa, do que a gente está falando? A gente está falando de representação não eleitoral, e o lobbying, o advocacy, estão nessa categoria, representação não eleitoral. Aí a conversa já é outra. Aí a gente já entra num outro debate que também é bastante polêmico, se representação não eleitoral é democrática, porque também tem desafios.

E aí eu posso até sugerir a leitura de um texto do Miguel, muito bom, em que ele fala sobre representação como advocacy. É sensacional, esse artigo dele é muito legal, e tem um texto

também da Nádia Binacci onde ela traz, pelo menos até onde eu conheço, pela primeira vez essa noção de representação como advocacy. Como alternativa da representação eleitoral juntamente com participação em conselhos e novos movimentos sociais.

Então vejam que são formas diferentes de ação coletiva, mas é representação, então o que eu estou querendo dizer para vocês é que nesse mar turbulento que a gente navega, que você está falando de grupos de interesse, de lobby, de advocacy, de relações institucionais governamentais. Não é fácil, mas é possível, exige um esforço para que a gente consiga compreender melhor onde as coisas se conectam. É isso.

**Essa delimitação, Profa. Andréa, foi essencial para o nosso debate hoje, porque a partir dela a gente pode adentrar no tema central da nossa entrevista, que é lobby, burocracia e políticas públicas. Nos estudos sobre burocracia observamos que agentes públicos, sejam eles burocratas ou políticos profissionais, podem representar interesses privados perante o poder público. Esse aspecto, inclusive, é explorado no livro *Lobby e Políticas Públicas*, escrito pela senhora e pelo professor Wagner Pralon (DCP/USP). A senhora poderia falar um pouco mais sobre essa questão?**

Eu vou começar dizendo que de certa forma ou os brasileiros são inocentes ou são hipócritas, porque a gente acredita piamente, e eu não vou me retirar dessa, mas a gente acredita que o servidor público, após ter feito concurso público, e um parlamentar após ter sido eleito, ele se transforma numa outra pessoa, uma outra pessoa que vai única e exclusivamente defender os interesses do Estado. Não é bem assim. Somos todos cidadãos socializados em uma sociedade que é, infelizmente, ela convive com o velho e o novo, uma sociedade em que muitas vezes tolera a corrupção, tolera atos antiéticos, então isso acontece, realmente.

Nós estamos no meio, essa entrevista está acontecendo em julho de 2021, e a gente está no meio do furacão da CPI da Covid. O que a CPI da Covid está nos mostrando? Que existem malfeitos relacionados à compra das vacinas, principalmente à Covaxin. Quem está implicado aí? servidores públicos, burocratas e políticos.

Então existe realmente essa possibilidade, mas aí, a gente está falando aqui, não é de lobby, não é de representação de interesses, a gente está falando, infelizmente, de desenho institucional que não garante ao cidadão maior instrumento de *accountability* vertical, e também estamos falando do déficit de ação coletiva do próprio cidadão brasileiro. Que não controla os seus políticos eleitos, muito menos os servidores públicos. Estamos falando de um corporativismo que existe e é forte ainda no Estado. Então são questões que de certa forma extrapolam essa discussão mais voltada para lobby e advocacy, e isso acontece, realmente.

Eu acho lamentável, eu adoraria que todos os servidores públicos e os políticos eleitos, tivessem maior consciência sobre qual é a sua função, que é garantir o bem comum de determinado povo em determinado território, porque essa é a função do Estado, mas nem sempre acontece. E é preciso estar vigilante.

O que eu acho muito interessante com relação a organização em grupos de interesse, e aí um grupo de interesse normalmente está na esfera da sociedade civil, eu particularmente acredito que o Estado é um grupo de interesse, é o maior grupo de interesse que a gente possui, e, portanto, é o maior lobista de todos os tempos, porque dado o gigantismo do Estado brasileiro, ele é o maior lobista. O cidadão comum muitas vezes compreende o Estado como um bloco monolítico, e o Estado é multifacetado. Da mesma maneira como você tem uma sociedade civil multifacetada, você não pode falar de uma sociedade civil, são várias sociedades civis. Você não tem um Estado, um bloco monolítico.

Eu acredito inclusive que a pandemia que tem início em março de 2020 nos mostra de forma muito clara o quanto o Estado brasileiro não é um bloco monolítico, e o quanto nosso federalismo deixa a desejar. Quem não sabia o que era federalismo descobriu. Ou teve uma péssima noção do que é o federalismo e que funciona aqui no Brasil. Agora, a gente está tendo uma excelente noção do que é esse presidencialismo de coalizão, ou não. Aí é que está. Depende da ótica, depende por onde você olha. Não sei se respondi, Leo e Karol.

**Respondeu sim. Continuando então na temática, no artigo “Lobby: instrumento democrático de representação de interesses?”, a senhora e o professor Wagner Pralon (DCP/USP) demonstram que grupos de pressão exercem um papel relevante na formação da agenda governamental. No cenário legislativo, conforme o livro *Lobby e Políticas Públicas* aponta, essa influência decorre dos insumos fornecidos por empresas especializadas e profissionais independentes aos parlamentares para a produção legislativa, por exemplo. E no Executivo, em especial nas pastas ministeriais, como se dá a influência dos lobbies (sejam empresas ou profissionais autônomos) na formação de agenda e, conseqüentemente, na tomada de decisão?**

Basicamente, quando a gente está falando de grupos de interesse, de lobby e de advocacy, nós estamos falando de duas coisas: informação e comunicação. Então como é que se dá no dia a dia, e não muda muito no poder Legislativo e no poder Executivo. A diferença que a gente tem é que o poder Legislativo, ele é mais acessível e ele é mais transparente do que o Executivo.

O Executivo exige dos profissionais de RIG um poder de investigação maior, que nem sempre a gente consegue identificar claramente, porque não existe um mapa decisório, é uma grande pena, do meu ponto de vista, a gente não tem muita clareza sobre quem decide sobre o quê dentro do poder Executivo, e isso muda muito. Essa é até uma característica do próprio serviço público, tem muito comissionado, tem os DASs, eles vão sendo emprestados, então muda muito esse ambiente.

Então são algumas ferramentas que a gente tem, algumas práticas que a gente tem, que não mudam muito de um poder para o outro. A principal ferramenta de um grupo de interesse que deseja influenciar algum processo envolvendo políticas públicas, é o monitoramento. Então

a gente faz o monitoramento de duas formas: a gente faz o monitoramento legislativo, e faz o monitoramento político.

O monitoramento legislativo: todas as normas, todas as proposições, todas as leis, todos os decretos. Isso passa por acompanhar Câmara dos Deputados, Senado Federal, e diários oficiais, em nível federal. Depois disso, dependendo do interesse do grupo, isso pode também ser aplicado para subnacional, Estados e municípios.

Lembrando que uma jabuticaba brasileira, municípios no Brasil são antes da federação, e são apenas 5600, e a gente viu o peso da caneta do prefeito agora na pandemia. Então quem tinha alguma dúvida sobre a importância do subnacional para os seus interesses, para os seus negócios, essa dúvida foi dirimida. Então a primeira coisa que a gente faz é o monitoramento, você saber o que está acontecendo. E aí mais uma vez precisamos falar sobre controle social.

Infelizmente, o cidadão comum, ele não tem a mínima ideia do que o Estado está fazendo. Qual é a pauta, o que está sendo decidido hoje no plenário da câmara? As comissões não estão funcionando, ou estão funcionando? Como funciona o sistema de deliberação remota? Como os deputados estão decidindo? Esses temas passam ao largo da vida do cidadão comum. Então veja, monitoramento é essencial.

Você não sai de casa, se você quiser influenciar políticas públicas, você não sai de casa sem ter feito um bom monitoramento. Depois o monitoramento vai nos ajudar também a fazer o mapeamento das partes interessadas, que a gente chama de mapeamento de *stakeholders*. Então isso é superimportante. A gente precisa definir quais são os nossos temas. Então eu até pulei uma parte.

A primeira parte mesmo, a primeiríssima de todas, antes de qualquer coisa, a gente precisa definir quais são os nossos temas de interesse. Então vamos imaginar lá que o meu tema de interesse é a obesidade infantil, eu quero entender o que o governo está pensando sobre obesidade infantil. E aí eu tenho que ir descascando a cebola. Obesidade infantil está relacionada a que política pública? Essa política pública, quem a operacionaliza? Como ela foi desenhada? Que ministérios estão envolvidos? Quais são as competências dessa operacionalização? É estadual, é municipal, é meramente federal? Quais são os debates que estão acontecendo no âmbito dos poderes com relação a isso? Aí a partir desses temas, e aí a gente precisa construir uma matriz de temas, então todo grupo de interesse tem uma matriz de temas. A partir dessa matriz de temas, a gente vai usar muitas vezes ferramentas tecnológicas para fazer o monitoramento legislativo e o monitoramento político.

Hoje existe uma outra peculiaridade, a gente já não pode mais deixar de ouvir as redes sociais. Então o que os parlamentares, o que os tomadores de decisão, o que os outros grupos de interesse, como eles estão se posicionando via redes sociais? Antes a nossa vida era mais fácil, era só acompanhar a mídia tradicional, agora é a mídia tradicional e mídias digitais, e redes sociais.

Hoje em dia surgiram também algumas soluções tecnológicas relacionadas a *social listening* que também são importantes para quem quer se lançar a esse mundo de influenciar políticas públicas. E aí eu tenho que fazer o monitoramento político. Então eu tenho que saber,

dentro daquele órgão que é de meu interesse, dentro do Executivo, por exemplo, quem são os servidores chave? Quem decide o quê? Então eu preciso construir um organograma daquele órgão, e eu preciso ficar de olho no Diário Oficial para saber se as pessoas mudaram de lugar.

E aí a partir desse monte de informação, que vocês imaginam a quantidade de informação que a gente precisa coletar e sistematizar e analisar para construir matriz de temas, para operacionalizar esse monitoramento, pois eu tenho que analisar esse monitoramento, e aí eu crio o que a gente chama de matriz de *stakeholders*, ou partes interessadas. Nessa matriz, o que eu faço? Quem é favorável a meu tema, quem é meu opositor e quem é neutro. Isso é muito difícil de fazer também, principalmente sob a égide o governo Bolsonaro.

Está muito difícil de entender quem é quem, fazendo o quê, com quem. E o sistema de deliberação remota também não deixa a nossa vida mais fácil, porque hoje você não tem mais a possibilidade de andar pelos corredores do Congresso e observar quem está conversando com quem. A gente não tem no Brasil, por exemplo, e isso está em construção pela CGU já há algum tempo, uma tecnologia, uma plataforma onde você possa agendar uma reunião com os tomadores de decisão, e todos os grupos têm um acesso a isso para saber quem está falando com quem.

A gente tem acesso à agenda das autoridades, isso inclusive é obrigatório, existe um decreto obrigando as autoridades a manterem as suas agendas atualizadas, mas como não existe controle social, isso também nem sempre é verdadeiro. A gente não sabe com rigor qual é a agenda do Presidente da República, do vice-presidente, principalmente dos assessores da presidência. Que também existe, e isso é uma coisa interessante de a gente colocar aqui, a gente tem o público-alvo, o público-alvo é sempre tomador de decisão, mas também é aquele que influencia esse tomador de decisão, na grande maioria das vezes os seus assessores diretos, e os mobilizadores.

Então são aqueles que vão fazer barulho, na mídia, nas redes, etc. e tal. A gente precisa estar de olho em todo esse ambiente para identificar o que está acontecendo com relação ao nosso tema. Depois de todas essas informações, então eu já sei qual é o meu tema, eu estou monitorando todas as proposições relacionadas a esse tema, eu estou monitorando os servidores que estão alocados dentro desses órgãos que operacionalizam as políticas públicas dentro desse tema, eu construo minha matriz de *stakeholders*, e aí eu vou priorizar essa matriz de *stakeholders*.

Eu preciso classificar de acordo com a importância daquele *stakeholder* para o meu tema. Não é um processo fácil. O que me incomoda muitas vezes? Aqui abrindo meu coração: é que as pessoas acham que fazer lobby é só chegar junto de um parlamentar, jogar um blá ali na orelha do cara e beleza, isso é lobby. Gente, é um processo multifacetado, que envolve muito trabalho. Então, você está falando, sobre as consultorias.

As consultorias em RIG, elas são extremamente relevantes, porque são elas que fazem esse trabalho pesado. A gente tem hoje algumas plataformas de monitoramento legislativo, temos algumas ferramentas de *social listening*, temos consultorias que criaram as suas próprias soluções de monitoramento legislativo. Tem um trabalho muito pesado feito anteriormente a esse contato com o tomador de decisão.

Então o contato com o tomador de decisão, essa prática direta, é o último estágio de uma série de atividades que você precisa fazer para se preparar para conversar com esse tomador de decisão, porque você precisa convencê-lo. E o que está em jogo, na verdade? O que está em jogo é o seguinte: cada grupo de interesse constrói uma solução para o seu problema, e ele precisa linkar esse problema que pode ser um problema específico dele a determinado problema público, senão, não cola.

Isso aqui é muito importante, você constrói uma narrativa, você vai contar uma história para o tomador de decisão, e essa história precisa parar de pé. Então você precisa levar argumentos convincentes, argumentos baseados em evidência. Tudo isso dá um trabalho lascado para organizar, para coletar, para sistematizar, e para analisar, e depois você precisa entregar para esse tomador de decisão uma informação que ele possa compreender, que faça sentido para ele, num formato que faça sentido para ele.

Então eu sempre digo isso para os meus alunos no MBA: não adianta você chegar para um parlamentar num corredor, porque às vezes o parlamentar te atende entre uma agenda e outra, entre sair de uma reunião e entrar numa outra reunião, no corredor, e entregar para ele uma linda dissertação de mestrado, uma tese de doutorado e falar assim: olha, aqui nessa tese de doutorado tem o *suprassumo*, é o estado da arte, desse tema sobre o qual você vai deliberar. Ele não vai ler, ele não tem tempo para ler. O que ele faz ali? Ele agrega interesses.

Então a gente precisa chegar de forma mais assertiva para esse tomador de decisão, dizendo para ele o que a gente quer que ele faça e o que a gente não quer que ele faça. A gente tem que ser direto. Então a gente precisa saber querer. E é impressionante como nem sempre os cidadãos e os grupos de interesse sabem o que eles querem. Eles sabem que vai ter um impacto, eles sabem que eles vão sofrer com determinada decisão, mas nem sempre eles sabem o que eles querem. Então para responder à sua pergunta, sim, as consultorias em relações institucionais e governamentais, elas ajudam muito, mas a gente tem também redes, e a gente também tem associações, que também ajudam muito.

Não são só as consultorias especializadas em relações institucionais e governamentais. Particularmente, eu trabalho como voluntária, eu fiz um trabalho *pro bono*, durante um ano e meio mais ou menos, quase dois anos, para uma rede chamada *Rede Advocacy Colaborativo*. Durante um ano e meio eu coordenei de forma *pro bono* o grupo de trabalho *Transparência e Integridade*. O que esses grupos fazem? Eles fazem *advocacy*, fazem *lobby* e *advocacy* junto ao Poder Legislativo Federal.

Esse é o foco da RAC. O que a gente faz ali? A gente compartilha recursos, a gente compartilha inteligência política, a gente compartilha os nossos esforços de comunicação. Então dificilmente alguém faz alguma coisa sozinho, porque é muita informação, e a comunicação precisa também ser muito bem pensada, e hoje em dia a gente vive uma guerra pela atenção.

Vocês veem, vocês que são jovens então, vocês têm outra forma de se comunicar, diferente das pessoas da minha geração. Você entra no Instagram, está todo mundo querendo a sua atenção, e é justamente isso o que a gente precisa pensar: como é que eu ganho a atenção

de tomador de decisão? Qual é o argumento que eu vou mobilizar? De que forma essa comunicação vai chegar a esse tomador de decisão?

Então só para fechar essa pergunta: o lobby tem um caráter mais informacional, então ele vai ser utilizado por aqueles grupos de interesse que já possuem acesso aos tomadores de decisão, e aí ele vai levar toda a informação que ele tem, e vai oferecer essa informação ao tomador de decisão, obviamente porque ele quer que o tomador de decisão entenda que a solução que ele está entregando é melhor do que a dos grupos que competem com ele. Não tem ação desinteressada aqui, não sejamos inocentes.

O advocacy tem um caráter mais comunicacional, e ele é utilizado normalmente pelos grupos que não possuem acesso aos tomadores de decisão, então eles precisam usar táticas indiretas. Por isso que normalmente se defendem causas na esfera pública, se usa muito redes sociais, muitas campanhas de comunicação, porque eu preciso engajar e mobilizar a opinião pública para que a opinião pública faça pressão sobre o tomador de decisão, que eu não tenho legitimidade ainda para falar sobre aquela causa, ou às vezes eu já esgotei, eu sou um grupo que tenho acesso ao tomador de decisão, mas eu esgotei todas as minhas táticas diretas, já esgotei, já levei todas as informações, já tentei absolutamente de tudo, e mesmo assim, aquele tema não anda, não avança. Aí, às vezes é necessário então pedir ajuda para a opinião pública, engajar e mobilizar a opinião pública. Mas para isso, a gente precisa ter legitimidade.

A gente precisa saber muito bem quem é você na fila do pão. Todo mundo pode fazer advocacy? Sim, mas não é todo mundo que deve. Defender causas na esfera pública é algo que pode ser muito perigoso se não for feito de maneira correta. Pode gerar riscos de imagem e reputação muito fortes.

**Já estamos encaminhando para o nosso último bloco, mas antes de adentrá-lo, tem uma última questão deste bloco ainda, que é sobre um caráter que a senhora já havia comentado nessa última questão sobre o papel, a importância do mapeamento desses perfis de *stakeholders* para o processo de relações governamentais, proatividade e relações governamentais. Os burocratas de alto e médio escalão, hoje, são, em sua maioria, os responsáveis por formular e implementar políticas públicas no Brasil. No livro *Lobby e Políticas Públicas*, a senhora aponta que o mapeamento de perfis de *stakeholders* é uma estratégia importante para a incidência política de lobistas, dado que a partir desse levantamento são identificados pontos de “proximidade” com os tomadores de decisão. Nesse sentido, a senhora acredita que a trajetória profissional dos agentes públicos, por exemplo, é um fator relevante para o acesso de determinados grupos de pressão à tomada de decisão em detrimento de outros, menos próximos de setores ligados ao burocrata?**

Com certeza, a gente tem que escarafunchar a vida do ser humano. Vamos buscar tudo o que a gente tiver acesso. Acho que tem um termo em inglês, fica meio esnobe, mas a gente usa um termo chamado *background check*. Então todas as vezes que você vai conversar com alguém,

you do a *background check*. Então cada *stakeholder*, o que é o correto de fazer? Às vezes não há tempo para isso, mas cada *stakeholder* que você identifica como prioritário, você tem que fazer um perfil. As consultorias já fazem isso, toda nova legislatura, eles passam um bom tempo, os três últimos meses do ano já construindo esses perfis para enviar para os seus clientes, e depois eles vão atualizando.

Então a gente sabe, por exemplo, com relação ao encontro com um político: eu sei qual é a ideologia dele, qual é a religião dele, como ele votou. Eu tenho que buscar o histórico de votações dele para saber se ele está alinhado ou desalinhado com o meu interesse. Então essa matriz de *stakeholders*, ela serve justamente para isso. A gente vai construindo um perfil desses *stakeholders*, e depois nós vamos alimentando esse perfil com novas informações advindas de redes sociais, de mídia tradicional, e dos nossos contatos também, com esses *stakeholders*.

É muito importante conversar com os tomadores de decisão. É até muito legal essa pergunta que vocês fizeram, porque eu acho que aqui a gente toca na questão da colaboração e na busca de convergências. O que eu estou querendo dizer? Em primeiro lugar: em um Estado e em uma sociedade tão complexa como a nossa, dificilmente um único ator social de forma isolada vai conseguir trazer soluções efetivas para problemas complexos.

Eu estou falando de resolver a raiz do problema. Não é uma empresa privada, não é uma associação setorial, não é uma organização da sociedade civil, que sozinhas vão competir pela atenção do Estado, e vão levar sua solução e essa solução vai resolver um problema estrutural. Todos esses atores sociais precisam estar juntos, então a gente precisa urgentemente entender que a colaboração entre todos os atores sociais, Estado, mercado e sociedade civil, é essencial para que a gente tenha políticas públicas eficazes, efetivas e eficientes. Não tem outro jeito, não tem jeito fácil de fazer isso. Democracia não é uma coisa fácil. A democracia é conflito, a democracia é morosa, e ela incide em diálogo. É preciso dialogar mais. Essa é a questão fundamental.

Então a partir desse diálogo que a gente vai construindo esses pontos de sinergia, esses pontos de convergência e divergência, e aí o que eu estou querendo dizer, gente? Que se já é difícil a gente contribuir para que o Estado se movimente com relação a um tema que ele deseja, imagina quando é um tema que ele não deseja, que não está na sua agenda? É praticamente impossível. Então as ações mais exitosas de relações institucionais governamentais envolvendo grupos de interesse são aquelas em que esses grupos tiveram a clareza de ir em busca de sinergias, em busca de convergências.

As convergências, elas sempre existem, e o que eu estou querendo dizer para vocês é que a gente precisa mudar um pouco a nossa mentalidade, a gente precisa ir mais em busca de sinergia, a gente precisa ir mais em busca de convergência. Então entender o que o Estado e o governo estão pensando, entender quais são os projetos que eles têm prioridade, e tentar fazer uma composição dos interesses do seu grupo com essa agenda governamental, a busca por essa convergência, ela para mim é um dos elementos de sucesso das ações de RIG, e muitas vezes é desprivilegiado.

**Professora, agora nós encaminhamos para o bloco final. Agradecemos muito o esclarecimento, sua participação até aqui, e vamos fazer mais algumas perguntas, prometemos ser rápidos.**

**Então, agora falando a respeito da regulamentação. Como a senhora bem já comentou, no Brasil, a profissão do lobby, o exercício do lobby, não é regulamentado. Nós temos um projeto de lei, que a senhora comentou até anteriormente, do deputado Zarattini de 2007, o projeto de lei número 1202, que versa sobre justamente a regulamentação da atividade do lobby de forma muito semelhante à regulamentação que a gente vê nos Estados Unidos. E a seu ver, essa regulamentação, ou a aprovação de um projeto de lei nesse sentido, é suficiente, seria suficiente, para desmistificar, para gerar maior transparência à atividade do lobby? Que é uma atividade de fato, ela existe. Agora, se ela for regulamentada, haveria uma maior transparência? A gente tiraria esse véu que muitas vezes a mídia acaba pintando também na atividade?**

Essa é a pergunta de um milhão de dólares. Você vê que, como eu comentei com vocês, nem a literatura internacional tem uma resposta para isso. Será que vai acontecer? Eu acredito no seguinte: eu acredito que não existe democracia sem transparência. Quando a gente está falando de regulamentação do lobby, nós temos que entender muito bem qual é o objetivo que se quer dar para essa regulamentação.

No meu ponto de vista, deve-se regulamentar o lobby para garantir maior transparência, maior *accountability*. Se não for assim, se o projeto de lei que for construído não garantir maior transparência, maior *accountability*, do meu ponto de vista, ele não tem serventia, ele não vai servir para nada. Quando a gente analisa o substitutivo da Cristiane Brasil, o que a gente vê? Que as contribuições para transparência e *accountability* são pírias, são muito pequenas. O que ele faz? Ele diz assim: "oi, pessoal, tudo bem? Tem um profissional aqui chamado Profissional de Relações Institucionais e Governamentais, ele é legal. Se ele aparecer no seu gabinete atende, porque a atividade dele é legítima, faz parte da democracia."

Eu acredito que a gente não precisa de um projeto de lei para isso. Agora, a gente precisa com certeza trabalhar em regras mais claras com relação ao acesso aos tomadores de decisão, regras mais claras, um escrutínio maior sobre as decisões que são tomadas, porque vejam que coisa interessante: hoje a gente sabe, por conta da Lei de Acesso à Informação, que aliás está sofrendo graves retrocessos, por conta da lei de Acesso à Informação, a gente sabe o que o governo está fazendo com o dinheiro, certo? Beleza. É um bom grau de transparência. Mas a gente não sabe o que aconteceu nos meandros do processo decisório.

Então eu sei, por exemplo: o governo do Estado de São Paulo gastou tantos milhões para construir uma estrada que liga ponto A ao ponto B. Tudo bem. Por que essa estrada? Por que foi gasto esse dinheiro com essa estrada e não com outra estrada em outro lugar, sendo que aquela estrada era tão importante quanto essa para o escoamento da produção rural? Isso a gente não sabe. Porque nós simplesmente não temos informação nenhuma.

Então você não tem, por exemplo, critérios claros para os grupos se registrarem no âmbito do Congresso e do Senado, isso para mim é um grande problema. Você fica na mão das pessoas que administram as Casas, muitas vezes os grupos de interesse querem entrar, isso antes da pandemia, querem entrar e às vezes simplesmente são proibidos. Você não recebe credencial para todo mundo.

Os profissionais de RIG, eles têm uma associação, que é a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais, a ABRIG, da qual eu faço parte, e essa associação tem como um dos temas justamente garantir a regulamentação do lobby, mas o que está por trás disso? Na verdade, o que a gente quer, é ter boas condições para fazer o nosso trabalho, que é um trabalho legítimo, que é um trabalho relevante, que é um trabalho importante para aumentar a qualidade da democracia.

Então esses pontos é que precisam ser tocados quando a gente está falando em uma regulamentação do lobby, e até o momento, o projeto que está mais avançado nas discussões é o 1202, e esse é bem substitutivo, e eu não acho que esse substitutivo resolva essas questões.

Então o que seria muito mais interessante, do meu ponto de vista? Tem um Projeto de Resolução da Câmara (PRC), que começou a tramitar agora, se não me engano foi no mês passado. Foi agora em junho, o PRC 217/2017. O que ele faz? Ele está tentando definir melhor as regras de acesso dos grupos de interesse à Câmara dos Deputados, e foi designado o relator Marcelo Ramos, que é o vice-presidente da Câmara, inclusive foi meu aluno lá no MBA em Relações Governamentais da FGV. Esse é um caminho interessante. Porque às vezes, o que a gente fica pensando? A gente fica pensando, precisamos criar uma lei. Eu preciso criar uma lei federal. Não, às vezes a gente só precisa mudar o regimento da Câmara e do Senado.

A gente precisa trabalhar melhor os regimentos de Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, que é o caso aqui desse PRC. Como eu estava comentando com vocês, a gente tem também uma iniciativa muito interessante da CGU que é o *e-agendas*, que está em fase de testes, já deveria ter começado a funcionar e não começou ainda, que é muito inspirado no modelo chileno. Então o que a gente tem nessas agendas? Você tem uma plataforma, nessa plataforma, qualquer pessoa, e eu acho isso muito importante, qualquer pessoa, qualquer indivíduo, qualquer grupo está apto a defender os seus interesses. A gente precisa defender mais os nossos interesses. Isso faz parte de ser um cidadão vivendo em ambiente democrático.

O que não está correto é você ficar em casa assistindo BBB quando o circo está pegando fogo no Congresso Nacional, é isso que não está correto. Então, veja bem, nesse sentido, qualquer cidadão pode acessar esse sistema, fazer um cadastro, isso vai ser muito maravilhoso para nós pesquisadores. Vocês imaginam, gente? Hoje a gente quer fazer uma análise sobre a comunidade de representação de interesses no Brasil. Não tem dados. Você não sabe quem está representando os interesses.

A gente não tem a mínima ideia. Não tem dados, a questão é essa. A gente tem dados agora por conta da ocupação, do reconhecimento da ocupação, a RAIS de 2019 e 2020, ela já trouxe alguns dados interessantes, porque a gente tem um código que pode ser colocado na carteira de trabalho, se não me engano é o 3425/5, então a partir desse código, o profissional de

RIG, ele vai ser registrado de acordo com a sua ocupação, então essa é a única informação formal que a gente tem sobre o número de profissionais de RIG que existem no Brasil.

E é uma situação muito interessante, porque por conta do estigma de marginalidade, tem um monte de profissional de RIG que faz RIG, mas não sabe o que é isso, não sabe o que é esse nome, mas está ali no dia a dia. Um sindicalista, por exemplo, o que é um sindicalista? Um sindicalista é um profissional de RIG, ele está defendendo os interesses da categoria dele. O que é, por exemplo, o presidente de um grêmio acadêmico? Ele é um profissional de RIG, ele está defendendo os interesses dos estudantes daquele curso.

Então quando a gente trouxe maior conhecimento sobre isso, e essa tem sido a minha luta nos últimos seis anos, desmistificar esse estigma de marginalidade e dizer que lobby tem que estar associado à democracia e não à corrupção, porque é disso que se trata, é a representação de interesses, e todo cidadão não só pode, como deve representar os seus interesses, a gente precisa complementar a representação eleitoral, porque infelizmente a representação eleitoral no Brasil, ela sofre com uma crise, e essa crise é mundial. Ela não afeta só o Brasil. A gente tem uma crise de representatividade no mundo.

A "fórmula" partido está em xeque, então nós precisamos complementar isso, a gente precisa encontrar alternativas, e o lobby e o advocacy são alternativas. Então eu acredito o seguinte, para ser curta e grossa: o projeto 1202, para mim, não resolve nada, não acho interessante. Se ele continuar tramitando da forma como ele está escrito, para mim, ele não contribui para garantir maior transparência e *accountability*. Eu gosto muito dessa iniciativa da CGU que é o *e-Agendas*, e aliás, acho muito triste que isso ainda não tenha começado a funcionar, eu acho que vai ser um divisor de águas. Isso sim vai ser um divisor de águas. Porque aumenta a transparência e garante maior *accountability*.

E o PRC 217/2017 também pode ser algo bastante interessante para que os grupos de interesse possam fazer uma incidência para garantir o maior acesso isonômico, porque é disso que se trata. Quando a gente está falando de regulamentação do lobby, onde tem que estar o foco? O foco tem que estar no acesso isonômico. Todos os cidadãos têm o direito de acessar os tomadores de decisão. Isso aqui é uma democracia, o poder foi delegado. O Estado tem um monopólio do uso legítimo da força física, mas isso foi delegado. O soberano é o povo. Então a gente precisa se apoderar dessa potência. A gente tem uma potência, e é uma potência que está muito diminuída.

**Para finalizar, Profa. Andréa, como a senhora bem disse, a prática do lobby não está vinculada somente à ação empresarial. A gente observa que há o lobby público, agora mais recentemente surgiu um debate sobre o lobby social. Então a minha última pergunta é nesse sentido, e também já recapitulando esse debate que a senhora trouxe na última questão sobre as desigualdades de acesso. Qual seria o impacto da regulamentação ou a falta dela na representação de interesses difusos ou coletivos?**

Tem aspectos positivos e negativos. Eu acho que, de acordo com a forma que ela for feita, eu acredito que ela tem mais vantagens do que desvantagens. Uma das desvantagens que a gente levanta, inclusive, no livro, é das organizações, sociedade civil, que advogam causas relacionadas a direitos difusos e coletivos, terem a ideia equivocada de que só podem representar interesses aqueles que são profissionais. Então esse é um problema que a gente vê, por exemplo, com a obrigatoriedade do credenciamento. É bom do ponto de vista que você vai ter as informações de quem está falando com quem, mas pode também constranger a ação de grupos e indivíduos que queiram levar o seu ponto de vista até os tomadores de decisão.

Então assim, de forma simples: é preciso muito equilíbrio. A regulamentação, ela precisa ser muito bem pensada, e ela tem que ser muito adequada ao ambiente político institucional brasileiro com as nossas especificidades. Não dá para copiar e colar uma regulamentação que foi feita em outro país. O lobby é nosso, o sistema político partidário é nosso, a regulamentação tem que ser nossa. Então, atendendo a todas essas especificidades: déficit de ação coletiva, pouca transparência, inexistência de *accountability* vertical. Tudo isso tem que ser levado em consideração.

Eu, particularmente, acredito que registro voluntário não é suficiente. Eu acho que num primeiro momento, se vamos ter registro, se vamos ter uma regulamentação, se o *e-Agendas* não é suficiente, então que o credenciamento seja feito para todos, inclusive para servidores públicos, porque para mim, o Estado é o maior lobista de todos, não tem lobista maior.

Todo ministério tem uma assessoria parlamentar. O que essa assessoria parlamentar faz? Lobby. Toda empresa pública tem uma área de assessoria parlamentar, uma área de RIG. O que ela faz? Lobby e advocacy. Na legislação americana, por exemplo, órgãos governamentais não precisam se registrar. Você não tem um quadro geral de quem efetivamente está atuando para influenciar as políticas públicas. Mas é uma visão de pesquisador. Se vocês forem conversar com o profissional de RIG, não tem consenso, então isso é uma coisa que é bem legal.

Foi feita uma pesquisa pelo Manoel Santos alguns anos atrás e assim, 80% acreditam que o lobby deve ser regulamentado. Quando você começa a ir para os *specifics*, mas e aí, a gente regulamenta o quê? Vai ter relatório? Qual a periodicidade do relatório? Vai ter credenciamento? O credenciamento vai ser obrigatório ou vai ser voluntário? No projeto da Cristiane Brasil, por exemplo, é voluntário.

Eu acho interessante, mas qual é o incentivo positivo que esse projeto traz para as pessoas se credenciarem? Que vantagem Maria leva para se credenciar? Porque é só burocratização. A gente tem que ter um cuidado com a burocracia, que essa é uma tendência, infelizmente, da nossa sociedade. É uma sociedade que fala mal, fala contra a burocratização, mas adora uma burocracia. Fala mal da corrupção, mas é tolerante para com a corrupção. Tem algumas questões que precisam ser levadas em consideração.

Que tipo de informação a gente vai requerer? Uma das críticas com relação à regulamentação canadense é essa, é muita informação que está sendo utilizada por quem? Quem vai utilizar essa informação? Qual vai ser o formato? Vai ser dados abertos? Onde eu vou encontrar essas informações? Elas vão ser de fácil acesso?

Todas essas questões, elas precisam ser pensadas no bojo da construção desse projeto, e ele precisa ser feito coletivamente, com todos que serão afetados. São todos os grupos de interesse, sejam eles grupos de interesse econômicos ou não econômicos. Você precisa realmente ter um debate mais abrangente com a sociedade brasileira, e eu realmente não sei se a gente está preparado para ter esse debate. Porque um dos encargos, inclusive, é que os próprios parlamentares, apesar de dizerem que são a favor da regulamentação do lobby, eles muitas vezes eles entendem o profissional de RIG como um competidor. Isso é um problema. É um vespeiro.

Tem muitas questões que precisam ser levadas em consideração, e do meu ponto de vista, há dois elementos que fazem com que a regulamentação do lobby ainda não tenha acontecido no Brasil. Primeiro: o Poder Executivo nunca agiu de forma sistemática para fazer isso acontecer. Segundo: não tem pressão popular. Sem pressão popular, isso jamais vai acontecer. O cidadão não sabe o que é lobby. Como ele vai defender a regulamentação de algo que ele não sabe o que é?

Vejam vocês, vocês são garotos jovens. Eu ouvi a palavra lobby nessa acepção política pela primeira vez quando eu estava no último ano do mestrado em sociologia política em 1998. A disciplina que vocês estão fazendo aqui, é a primeira vez que eu tenho acesso a uma ementa de uma disciplina num programa de pós-graduação, que não sejam as que o Wagner Mancuso já oferece na USP, que tenham essa discussão sobre grupos de interesse, então é muito incipiente essa discussão ainda, apesar de que o número de trabalhos acadêmicos cresceu exponencialmente.

Eu fiz uma pesquisa no ano passado, depois posso até passar para vocês se vocês quiserem, eu identifiquei que entre 1980 a 1982 e 2020, mais de 170 obras versando sobre grupos de interesse, grupos de pressão, lobby, e relações institucionais governamentais, foram escritas em português no Brasil, e grande parte delas, acadêmica. Mas é um estudo de caso. O cara não está estudando lobby, ele está estudando determinado setor, ele está estudando determinado tema.

Então estudos mais gerais, eles ainda são difíceis de serem realizados porque a gente não tem dado. A real é essa, não dá para fazer, não tem como. Então a gente fica com os estudos de caso que são de generalização, como vocês pensaram. É isso, meus queridos.

**Professora Andréa, muito obrigada pela disponibilidade. Eu acredito que tanto para mim quanto para o Leonardo esse encontro foi muito significativo, e a partir dessa conversa eu acredito que a senhora conseguiu sintetizar os principais pontos que a gente queria trazer para esse debate, que é a relação entre a burocracia estatal, o lobby, o impacto da atividade de relações governamentais na formulação e na implementação de políticas públicas. Assim, gostaria de agradecer mais uma vez pela participação, pela disponibilidade durante toda essa semana em que nós estávamos conversando, tentando ajustar essa entrevista. Leo, você gostaria de fazer um agradecimento final à professora Andréa?**

**Claro. Agradecer também a disponibilidade de agenda que a gente sabe que é disputada, que é difícil nesse momento de pandemia, então agradeço.**

Está muito fácil fazer reunião, esse que é o problema (risos).

**E dizer que contribuiu muito. A gente conseguiu ter uma linha de raciocínio muito clara e realmente sintetizar todo esse conhecimento que às vezes fica, você como pesquisadora sabe, às vezes é muita informação que acaba formando uma nuvem muito grande, e a gente não consegue sintetizar bem.**

Para mim foi um grande prazer também, eu gostei muito de conhecer vocês. Quero convidar vocês e todo mundo que um dia assistirá essa entrevista a me seguir nas redes sociais, eu tenho sempre conteúdo qualificado sobre esses assuntos, então é *LinkedIn*, *Facebook*, *Instagram*. É só digitar ali Andréa Gozetto, tudo junto, e vocês já vão ter essa disponibilidade aí. Se quiserem ter acesso ao que eu escrevo, eu escrevo bastante textos curtos de 15 em 15 dias, no blog da minha consultoria, todos os textos estão lá sistematizados, entrevistas, etc., tem canal no *Youtube*, tem de tudo. Eu acho que isso é bem legal para a gente ir disseminando esse conhecimento, que essa é a minha missão.

Agradeço muito, e boa sorte para vocês, e queria só finalizar dizendo que a área de relações institucionais e governamentais está de braços abertos para os cientistas políticos, cientistas sociais, antropólogos, sociólogos, e é um excelente nicho de mercado, e é uma forma muito interessante de a gente colocar o nosso conhecimento teórico em prática. Isso era uma coisa que me incomodava muito durante os 20 anos em que eu atuei exclusivamente como acadêmica.

A gente tem muito conhecimento, mas não coloca esse conhecimento em prática, e atuar em incidência política para aprimorar políticas públicas em debate de implementação e em avaliação, eu acho que dá um novo sentido para a ciência política no Brasil. Então convido todos a conhecer melhor a área de relações institucionais e governamentais, e fico à disposição. Muito obrigada. [01:18:44]

### **Referências bibliográficas:**

GOZETTO, Andréa Cristina Oliveira; MANCUSO, Wagner Pralon. **Lobby**: instrumento democrático de representação de interesses?. *ORGANICOM*, ano 8, número 14, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268367751.pdf>.

GOZETTO, Andréa Cristina Oliveira; MANCUSO, Wagner Pralon. **Lobby e Políticas**

**Públicas.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, A. C. J. **Lobby e Representação de Interesses:** lobistas e seus impactos sobre a representação de interesses no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280203>.